

Que solução para esta crise pós-eleitoral sem precedentes com Maputo no epicentro dos protestos?



Todos os olhares estão voltados para Maputo, a capital de Moçambique, que se encontra imersa em uma crise pós-eleitoral de magnitude nunca vista. Embora crises eleitorais não sejam, em si, uma novidade na história do país, a actual situação ultrapassa todos os precedentes. No passado, as tensões pós-eleitorais envolviam principalmente a Renamo, sob a liderança forte e determinada do falecido Afonso Dhlakama, com episódios que frequentemente resultavam em confrontos militares e novos acordos de paz para restaurar a normalidade política. Quem não se lembra das

manifestações de 2015, quando a Renamo reivindicou vitória em seis províncias? No entanto, essas crises jamais alcançaram o nível de intensidade que se vive hoje, com o povo, principalmente das grandes cidades, com destaque para Maputo, a sair às ruas em protestos contra o processo eleitoral considerado fraudulento para beneficiar um regime que, enquanto usa as armas para atacar o povo, recorre a teorias de conspiração para justificar a sua perda de legitimidade devido, sobretudo, à incapacidade de responder as principais necessidades dos moçambicanos.



O contexto actual: protestos no coração da capital

Diferentemente do passado, em que os protestos pós-eleitorais eram concentrados em áreas específicas ou nas províncias, com bloqueios na Estrada Nacional Nº 1, a actual crise desdobrou-se no coração de Maputo. Na quinta-feira, 7 de Novembro de 2024, a cidade transformou-se num verdadeiro cenário de guerra, com pelo menos sete mortos, dezenas de feridos e detidos. Maputo parecia um “Haiti”.

O Estado moçambicano mobilizou todas as suas forças, armadas até aos dentes, para impedir que os manifestantes marchassem

em direção ao centro da cidade, onde estão as sedes do poder. Apesar da sua resistência, os manifestantes, que chegaram perto do seu objectivo, foram detidos pela repressão estatal. Até ao momento, a contagem de mortes chega a 40, excluindo as figuras proeminentes como o Dr. Elvino Dias e Paulo Guamba. Estima-se que aproximadamente 2.500 pessoas tenham sido detidas arbitrariamente em todo o país e o número de feridos alcance mil, muitos dos quais evitam as unidades de saúde por medo de represálias.

A intransigência do Governo e a proposta de solução

A liderança do partido Frelimo permanece dividida e incapaz de articular uma solução para a crise. Nyusi, presidente em fim de mandato, mantém um discurso ambíguo, enquanto Chapo, proclamado vencedor pela Comissão Nacional de Eleições, permanece em silêncio, sem assumir sua posição ou oferecer uma direcção clara para o país. Essa bicefalia dentro do partido Frelimo contribui para a paralisia política e institucional. Na tarde de ontem, a Comissão Política do partido Frelimo esteve reunida na sua sede em Maputo. No final do encontro, a habitual porta-voz, Ludmila Muguni, tinha sido substituída por Alcinda Abreu, quadro sénior da Frelimo e membro da Comissão Política. Com um discurso inflamado, Abreu condenou as manifestações. Disse que o povo que estava

nas ruas estava a ser instrumentalizado com o objectivo de derrubar a Frelimo, enquanto parte de um suposto plano maior de acabar com os partidos libertadores na região. No entanto, não explicou como é que um partido vencedor está a ser alvo de contestação do seu próprio povo que supostamente votou em si. Isto por um lado.

Por outro lado, Venâncio Mondlane e os manifestantes continuam determinados a manter os protestos, exigindo justiça eleitoral e respeito pela vontade popular. A Ordem dos Advogados de Moçambique chegou a propor a anulação dos resultados, medida que já trouxe paz em outros contextos regionais, como no Malawi em 2021, quando a anulação das eleições restaurou a estabilidade.



Abusos e violações de direitos humanos

A situação em Maputo e outras províncias, como Nampula, é marcada por relatos de violações de direitos humanos. Há evidências de que forças policiais e militares, algumas sem uniformes nem identificação, estão invadindo bairros como Maxaquene, Polana Caniço, Urbanização e Chamanculo, vasculhando casas e usando gás lacrimogéneo indiscriminadamente. Essa prática tem sufocado crianças e adultos, violando o direito fundamental à segurança e protecção domiciliar.

Enquanto alguns militares demonstram solidariedade levantando o braço em apoio aos manifestantes, a Unidade de Intervenção Rápida (UIR) tem sido apontada como a força mais brutal, frequentemente disparando balas de borracha e gás lacrimogéneo contra civis à queima-roupa. Essas acções caracterizam-se como abuso de poder e violações gritantes dos direitos humanos.

Voos e movimentações militares inexplicáveis

Um facto que contribui para o clima de tensão é o constante sobrevoo de aeronaves militares, como o avião da força aérea FAM004, que circula continuamente entre Maputo e as regiões do norte, como Cabo Delgado e Nampula. A falta de comunicação oficial sobre essas movimentações e o uso de helicópteros com transponders desligados geram especulações e incertezas entre a população.

Reflexão e caminho para a paz

A crise actual não é apenas uma disputa política, mas um teste aos fundamentos democráticos e ao respeito pelos direitos humanos em Moçambique. A comunidade internacional, organizações de direitos humanos e a sociedade civil devem intensificar os esforços para monitorar e denunciar as violações e apoiar soluções pacíficas e legítimas.

É urgente que Moçambique busque uma resolução que evite o agravamento do conflito e proteja a integridade dos seus cidadãos. Anular os resultados eleitorais, como já proposto, pode ser um caminho para restaurar a paz e a confiança no sistema democrático. A população merece um governo que a represente verdadeiramente, e o mundo observa, esperando que o país encontre um caminho para superar essa crise sem precedentes.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

